



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GAMALIEL – FATEFIG
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZÔNIA – CECAM
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (NEAD)
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CÍNTIA COSTA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL
DURANTE A PANDEMIA PELA COVID-19**

Tucuruí-PA

2021

CÍNTIA COSTA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL
DURANTE A PANDEMIA PELA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia apresentado à Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas - FATEFIG, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Professor Me. Mílvio da Silva Ribeiro.

Tucuruí-PA

2021

CÍNTIA COSTA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL
DURANTE A PANDEMIA PELA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado a Faculdade de Teologia, Filosofia e
Ciências Humanas Gamaliel, como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Data da apresentação: 24 /11 /2021

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Me. Mílvio da Silva Ribeiro
Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel

Examinador(a): Professora Ma. Claudete Costa Quaresma Ranieri
Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel

Examinador(a): Professora Esp. Jennifer Ranieri da Silva
Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel

Nota: 10,00

Tucuruí-PA

2021

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, filhos e irmãos, pelo incentivo e carinho a mim dedicados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar dando-me forças e sabedoria para vencer cada obstáculo que encontrei pelo caminho e conseguir seguir em frente.

Agradeço também a minha família que me deu muita força, após dezessete anos fora da sala de aula, voltei a estudar; principalmente minha amada mãe, Dona Maria da Conceição, mulher guerreira, que sempre acreditou em mim, e que nunca mediu esforços para que conseguisse alcançar esse sonho da graduação, eu sendo a primeira filha de quatro irmãos alcançar a tão sonhada Graduação. Ao meu amado pai, seu Lorimar Rodrigues que também foi um incentivador para chegar até aqui. Aos meus amados irmãos: Fabiano, Allan e Willbert, que sempre torceram por mim e me ajudaram quando precisei.

Agradeço aos meus amados filhos, Cristine e Cristiano, que são os motivos da minha razão de viver, por eles estarei sempre buscando um futuro digno para os mesmos, e que eles vejam em mim um exemplo a ser seguido.

Agradeço ao meu amado esposo Raimundo Cleiton que esteve sempre ao meu lado, me amparando, e que apesar de alguns percalços que encontrei durante esses anos como acadêmica juntos conseguimos vencer mais essa etapa.

Agradeço a minha cunhada/irmã Edivane, de um coração enorme, sempre disposta, obrigada por cada conselho e ajuda.

Agradeço em especial a minha Tutora Presencial Professora Jennifer Ranieri e minha Tutora Online Professora Orlanete Sarmiento; ao meu Coordenador do Curso, Professor Me. Mílvio Ribeiro, a Professora Mestra Claudete Ranieri, a Coordenadora Acadêmica Professora Ma. Elisvânia Nunes, e a Secretária do Curso, Pedagoga Raimunda Eunice Corrêa, vocês nos inspiram a cada dia, com amor e profissionalismo.

Agradeço ao professor Fabrício Cruz sempre gentil e muito solícito.

Agradeço aos amigos antigos e também aos novos que a faculdade me proporcionou, em especial a amiga Angélica. E aos meus colegas da turma pelos momentos maravilhosos que ficarão eternizados no meu coração.

Agradeço ao quadro de apoio da faculdade, sempre amáveis e educadíssimos, quando tínhamos eventos sempre nos ajudavam, em especial ao senhor Raimundo, pessoa humilde e de um coração sem igual.

Agradeço a todo corpo docente, e a cada funcionário desta renomada Faculdade, pois cada um tem papel fundamental, proporcionando assim um ensino de qualidade.

Muito obrigada, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para chegar até aqui!

As famílias confundem escolarização com educação. É preciso lembrar que a escolarização é apenas uma parte da educação. Educar é tarefa da família.

(Mario Sergio Cortella)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19.....	11
2.1 Gestão Escolar Democrática e Participativa.....	11
2.2 A Construção Coletiva do PPP.....	14
3 FUNDAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA.....	18
3.1 Instâncias Socializadoras Tradicionais na Sociedade.....	20
3.2 Família.....	22
3.3 Escola.....	23
4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	27
4.1 O Ensino Remoto.....	29
4.2 O Uso de Metodologias Ativas Digitais.....	31
4.3 Atividades Síncronas e Assíncronas no Período da Pandemia do Covid-19.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

RESUMO

Este trabalho investiga a importância da família no processo de ensino-aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental durante pandemia ocasionada pela Covid-19. Portanto, este objetivou demonstrar a importância da parceria entre escola e família visando à qualidade do processo de ensino-aprendizagem. A metodologia para a construção deste trabalho foi pesquisa qualitativa, com método de revisão da literatura. Os resultados mostraram características da família, que nos dias atuais está estruturada de forma nuclear reduzida a um número pequeno de componentes, cuja missão é educar; a escola considerada um dos locais mais eficazes de conservação social e tem o papel de ensinar. Neste contexto, a gestão escolar em parceria com a família tem a função de gerar novas possibilidades e traz em si a ideia de participação. Porém para esse acompanhamento remoto neste contexto pandêmico, está difícil para todos os profissionais da educação, incluindo professores, alunos e familiares, assim faz-se necessário, primeiramente, que o pedagogo saiba utilizar a tecnologia, investir na formação, e disponibilizar aos alunos, diversas didáticas com uso das ferramentas tecnológicas e atividades síncronas e assíncronas.

Palavras-chave: Escola. Família. Covid-19.

ABSTRACT

The theme of this work was the importance of the family in the teaching-learning process of students in the early years of elementary school during a pandemic caused by Covid-19. Therefore, this objective aimed to demonstrate the importance of the partnership between school and family aiming at the quality of the teaching process -learning. The methodology for the construction of this work was qualitative research, with a literature review method. The results showed characteristics of the family, which today is structured in a nuclear way reduced to a small number of components, whose mission is to educate; the school considered one of the most effective places of social conservation has the role of teaching. In this context, school management in partnership with the family has the function of generating new possibilities and brings with it the idea of participation. However, for this remote monitoring in this pandemic context, it is difficult for all education professionals, including teachers, students and family members, so it is necessary, first, that the educator knows how to use technology, invest in training, and make available to diverse students didactics using technological tools and synchronous and asynchronous activities.

Keywords: School. Family. Covid-19.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – Fatefig (Tucuruí/PA, Brasil)
E-mail: cintianicait@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em virtude das mudanças ocorridas pela pandemia, ocasionadas pelo novo coronavírus (Covid-19/SARS-CoV-2) e também devido ao alto índice de transmissibilidade e letalidade, obrigando assim a sociedade às mudanças radicais, como por exemplo, o isolamento social. Do mesmo modo, as escolas tiveram que passar por bruscas adaptações curriculares, didáticas e pedagógicas a fim de que o ensino prosseguisse.

Diante do contexto social da pandemia ocasionado pela Covid-19, surgiu o problema: como a escola deve manter a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)?

Nesse contexto complexo de mudanças, mais do que nunca a família tem papel fundamental em dar continuidade ao processo de aprendizagem desse público-alvo, principalmente por se tratar de crianças entre seis (06) e onze (11) anos de idade, que muitas vezes não possuem recursos tecnológicos para estudarem a distância, dentre outros dilemas.

Logo todos os profissionais de educação desde gestores escolares, coordenadores pedagógicos, orientadores e professores começaram a buscar estratégias para dar continuidade ao ensino. Estudos nessa área apontam que a parceria entre escola e família deve ser contínua durante todo o ano letivo, visando um trabalho conjunto e colaborativo.

O intuito de abordar esta temática é na crença de que a escola sozinha não dá conta de todas as demandas, se a família não atuar, sobretudo nesse período da pandemia fica inviável, uma vez que muitos sistemas de ensino começaram a adotar o ensino híbrido, remoto com atividades impressas e por vídeo conferência.

Enquanto futura pedagoga acredita-se que para um ensino de qualidade, cada uma das instituições – escola e família - deve assumir seu papel com responsabilidade. A escola, dentro das suas incumbências didáticas e pedagógicas e, a família, no direcionamento da criança no lar, orientando e educando dentro dos valores morais e éticos. E, juntas, em parceria atuando na formação da cidadania.

Escolheu-se tratar sobre esta temática ao observar às mudanças ocorridas em todos os âmbitos da sociedade pela pandemia Covid-19, sobretudo na área da educação, o que leva a refletir de um lado a formação e continuidade da aprendizagem dos alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e de outro a saúde dos professores assim como de todos os profissionais no interior da escola.

Diante do exposto esta abordagem possui relevância social de grande magnitude, pois se trata de preservação da vida e no âmbito educacional, sabe-se quanto o apoio familiar é fundamental na vida escolar de uma criança. Assim cabe o gestor escolar e sua equipe terem mais sensibilidade e meios para que o ensino não perca sua qualidade, ou seja, buscando condições favoráveis para o processo de ensino-aprendizagem não parar. A escola deve abrir espaços de diálogo e, juntos, com os familiares buscar alternativas diante desse desafio. A escola deve integrar os pais dentro uma concepção de gestão participativa e democrática como preconizam os documentos oficiais, a saber, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) que propõe no seu Art. 1º que a educação é ampla, abrangendo no seu processo formativo a família, a convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e na sociedade civil para o desenvolvimento do educando.

Essa abordagem tem algo muito peculiar, pois também como mãe vê-se que nossas crianças estão sentindo falta do ambiente escolar, de brincar e interagir com os colegas. E de outro lado, a maioria das escolas não sabem como chegar a essas crianças sem comprometer a saúde de seus familiares. Nessa via de mão dupla todos devem se dar as mãos, Governo, Escola, Família e Órgãos competentes, em prol das crianças mais vulneráveis em todo esse contexto. Daí a importância de discutir esse tema, pois como educadora devemos está sempre buscando nos atualizar diante das novas tecnologias e metodologias de ensino.

O objetivo geral foi identificar estratégias pedagógicas de aproximação entre escola e família para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos). E os objetivos específicos foram: Analisar a relação escola e família no processo de ensino-aprendizagem no contexto da pandemia do Covid-19, à luz da legislação e literatura da área de educação; Destacar a importância da gestão escolar democrática e participativa para um ensino de qualidade e buscar alternativas didáticas adequadas à realidade das famílias no contexto da pandemia da Covid-19.

Após a escolha do tema que foi a importância da família na escola e sua problemática, foi definida como abordagem uma pesquisa qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros na área da Pedagogia que abordam essa temática, assim como em artigos em sites especializados e confiáveis. Para Lakatos e Marconi (2007) o método da pesquisa bibliográfica faz um eficaz levantamento de toda a bibliografia já publicada sobre determinado assunto.

Quanto às palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: gestão escolar democrática, família e escola e aprendizagem da criança. Foram excluídos artigos e pesquisas que não tinham correlação com tema abordado. Já os selecionados passaram por análise até a construção final do texto, confrontando as ideias à luz da literatura.

No capítulo I será retratada sobre a escola no contexto da pandemia do Covid-19 que modificou totalmente a realidade social, de modo particular a educação, em que as escolas tiveram que ser fechadas e suspensas as aulas. Em seguida, abordou-se sobre a gestão escolar democrática e participativa, respaldada pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9.394/96. Assim se tratou sobre a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico que deve ser atualizado constantemente, sobretudo neste período da pandemia.

Já no capítulo II será apresentado sobre os fundamentos da participação da família na escola, focalizando o papel dessas duas instâncias socializadoras tradicional – escola e família.

No capítulo III será explanada sobre as práticas pedagógicas no contexto da pandemia, ou seja, possíveis intervenções que podem ser trabalhadas no ensino remoto, utilizando-se das Metodologias Ativas Digitais de Aprendizagem e atividades síncronas e assíncronas no período da pandemia do Covid-19. E para encerrar foram feitas considerações relevantes sobre a importância da formação docente e o uso das novas tecnologias da educação.

2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

A pandemia de Covid-19 tem produzido números expressivos de infectados e de óbitos no mundo. A velocidade com que a Covid-19 tem se espalhado entre os países, e dentro de cada um, tem influenciado o cotidiano de bilhões de pessoas no planeta, sobretudo dos profissionais de saúde que estão na linha de frente assim como a rotina das escolas teve que se adaptar de uma hora para outra. A pandemia da COVID-19 é um grave problema mundial, que exige um esforço conjunto da sociedade e todos para que amenizar este sofrimento (BRASIL, 2020).

2.1 Gestão Escolar Democrática e Participativa

Pesquisando dados conceituais em outras pesquisas, identificamos que o termo gestão vem sendo utilizado a partir do final do século XX. Conforme Cury (2007, p. 493), gestão é:

[...] um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivado deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer brotar, germinar, fazer nascer (CURY, 2007, p. 493).

Como nos expõe Cury (2007), é visível que a gestão é um processo não individual, mas coletivo, onde se busca o diálogo, dando aos membros formadores da instituição condição de trabalhar e expor suas ideias, criando um espaço onde os conflitos possam ser dissipados e construídos novos objetivos.

Na sociedade contemporânea a gestão educacional tem a função de gerar novas possibilidades, novas ideias e de gerenciar o sistema de ensino junto à coordenação das escolas. Assim entendo que gestão por nos lembrar de gestação nos agrada, uma vez que, por se tratar da escola, nosso objetivo principal é fazer com a vida dos seres humanos que passam pelo ambiente escolar tenham uma vida mais digna, justa e humana.

De acordo com Lück (2009):

Em caráter abrangente, a gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola. Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos (LÜCK, 2009, p. 68).

Então no contexto em que estamos vivemos, o que apontam as teorias? Ou seja, qual o conceito de administração? Historicamente a escola hoje é administrada seguindo teorias como a de Taylor ou outros, mas que está em constante evolução, embora continue configurando marcas dos interesses políticos, das contradições sociais e conseqüentemente do momento histórico vivenciado no qual está inserida.

Ainda conforme Lück (2009, p. 24):

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a realização de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) (LÜCK 2009, p. 69).

De fato entende-se que a gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. Por efetividade entende-se, pois, a realização de objetivos avançados, em acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômico-cultural, mediante a dinamização do talento humano, sinergicamente organizado.

Compete, pois, à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, sem as quais todos os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira, uma vez que se tem adotado, até recentemente, a prática de buscar soluções.

Wittmann e Klippel (2010) afirmam que para compreender o conceito de gestão escolar democrática, faz-se necessário observar, analisar e estudar todo o contexto histórico-social antes e a realidade atual, a partir dos seguintes questionamentos: Quais são os conflitos que podem ser mediados? Antes, porém, devemos entender, quais práticas são necessárias para eleger a visão de homem que será formado em nossas escolas? Haverá a imposição de determinada ideologia? Qual o papel do gestor escolar? Que mecanismos utilizar para proporcionar essa participação?

Lück (2010) aponta que a gestão democrática deve partir do pressuposto de que é necessária consciência de que cada comunidade escolar tem sua própria cultura e por isso necessitam de uma proposta pedagógica eficiente para aquela determinada comunidade, a partir da sua realidade, desafios e problemas enfrentados. As políticas educacionais devem favorecer uma gestão mais participativa e coletiva para que os problemas juntos possam ser resolvidos

Wittmann e Klippel (2010) defendem a gestão democrática em detrimento ao tradicionalismo, cujas aspirações muitas vezes se fazem presentes na escola. Por isso, os pesquisadores alertam quanto a uma ideia imatura de democracia. Para que a gestão seja de fato democrática, muitos desafios precisam ser rompidos, e que haja espaço para o diálogo.

A gestão democrática segundo Bruel (2010, p. 64) é a manifestação do reconhecimento social do valor universal da democracia.

Com relação a isso Wittmann e Klippel (2010) explicam que a mudança da sociedade ocorre somente por meio de uma educação participativa e democrática. Ainda mais hoje com o avanço do processo produtivo exige cada vez mais o caráter democrático da gestão da escola. A própria evolução teórico-prática do trabalho pedagógico torna, o caráter democrático inalienável.

Para Lück (2010), a exigência do caráter democrático da gestão escolar decorre de três fatores: a especificidade da educação escolar, do atual estágio do contexto histórico, especialmente: da nova configuração do mundo do trabalho e da nova base das relações na sociedade do conhecimento e do próprio trabalho pedagógico.

No pensamento da autora acima, não existe uma escola que cumpra sua função bem, ou seja, seu trabalho especializado de garantir educação básica de qualidade a todos os cidadãos, sem que haja um trabalho compartilhado, ou seja, uma gestão democrática. A escola como se entende é o espaço de formação humana. É necessário que os funcionários se sintam corresponsáveis pelo processo educacional.

Gestão democrática faz parte da própria natureza do ato pedagógico e assim se fundamenta numa concepção democrática da educação, contra uma concepção centralizadora e autoritária, como antigamente no método tradicional, tanto a transmissão do conhecimento. Onde só os gestores tinham todo o poder, sobre os demais colaboradores, ou seja, os subordinados como se usava a expressão de autoritarismo por ex: Os gestos determinavam uma ordem e os demais obedeciam sem expor suas opiniões.

Para Luck (2002), trabalhar coerentemente o conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto porque o trabalho participativo deve estar ligado às pessoas que analisam situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto, nunca isoladamente ou centralizando suas atividades. Entendemos que o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria como um “todo” orientado por uma vontade coletiva.

A gestão democrática da educação esta vinculada aos mecanismos legais e institucionais e a coordenação de atitudes que compõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticos educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiais; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Com a aplicação da universalização do ensino deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

2.2 Construção Coletiva do PPP

Assim o Projeto Político-Pedagógico como instrumento norteador das ações coletivas da escola, deve ser elaborado contando com a representativa dos pais e /ou responsáveis, uma vez que o PPP reflete a realidade do local onde a escola está situada geográfica e socialmente.

O interessante é que o Projeto Político Pedagógico traga ideias que se coadunem com as sugestões dos familiares, contemplando inclusive um dia “D” da participação da família. Esse trabalho deve ser planejado e pensado entre todos.

Além disso, é importante que a equipe gestora e pedagógica disponibilize uma cópia para ser acessível aos familiares podendo ficar na bancada da secretaria da escola. Esse documento, diferente do Regimento Escolar que é de suma importância na escola é o Projeto Político Pedagógico, que representa a identidade da escola. O PPP é considerado um documento oficial, força de lei, que regulamenta todas as ações da escola. O PPP é como a Constituição Federal. Todos devem estar envolvidos na elaboração do documento, de forma que se sintam representados, participativo.

O PPP deve ser conhecido na verdade por toda a comunidade escolar, os professores precisam saber de antemão a proposta pedagógica da instituição, como trabalhar, que projetos são realizados pela escola, como é feita a avaliação da aprendizagem, em síntese a filosofia,

missão e visão de futuro que se propõe.

Segundo a LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 inciso I; Art. 13 inciso I e no art. 14 incisos I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14: I participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Segundo Veiga (2000) o termo Projeto Político Pedagógico nasce nos anos 1980, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza político do projeto. Explica o autor, que etimologicamente o termo Projeto quer dizer *projectu*, algo que vai para frente, lança-se rumo a algum objetivo. É Político porque diz respeito à ciência ou arte de administrar, ou seja, é a parte estratégica da instituição. Assim se nota que todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É Pedagógico porque diz respeito à Pedagogia, traz aspectos didático-pedagógicos para a escola.

Segundo Veiga (2013), a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, da solidariedade e reciprocidade, da autonomia. Um dos caminhos para a construção dos processos participativos de gestão é, sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar, que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa.

Reforça Veiga (2013) que a escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. Contribuindo Libâneo (2001) lembra que a concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos

Compreendemos nessas colocações que o PPP serve para nortear ações plenamente identificáveis, para se atingir os objetivos preestabelecidos pela escola. É a projeção do desejo de criatividade, qualidade e integração das coisas, das pessoas com toda a experiência e prontas para uma grande realização. O PPP contém os fundamentos e princípios que garantirão a Escola a identidade que se pretende consolidar na prática pedagógica.

O Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado coletivamente pela direção, equipe pedagógica, corpo docentes, demais funcionários, representantes de pais, alunos e da

comunidade. Nele deve está impresso o anseio de todos e os sonhos que tentam alcançar, pois o trabalho escolar deve ser visto como um projeto de vida, um grande empreendimento, que envolve diversas etapas e diversos ingredientes na sua realização. Segundo André (2001), o projeto pedagógico deve “expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola, sendo ele a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade”; e não somente uma carta de intenções e muito menos uma exigência de ordem administrativa.

O Projeto Político Pedagógico deve ser resultado de discussões, críticas e contribuições de toda a comunidade escolar; as discussões realizadas desencadeiam questionamentos e reflexões e juntos discutem e procuram soluções práticas relativas aos problemas que enfrentam na escola.

O PPP reflete o melhor equacionamento possível entre os recursos humanos financeiros, técnicos e físicos para garantir a inserção da escola no seu ambiente social, procurando analisar todo o contexto a fim de trabalhar a motivação a favor do aluno e pensar na sociedade enquanto construção histórica do homem.

Visa uma gestão compartilhada, um processo contínuo que se refaz e se aprimora no dia-a-dia, pela busca do melhor encaminhamento. Pois a verdadeira democratização da escola estará para a construção da excelência em educação, que garanta acesso, permanência e sucesso dos alunos tornando-os pessoas capazes de assumir suas responsabilidades sociais.

Portanto, é imprescindível que toda escola deve ter o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual deve ser construído coletivamente, no qual estão inseridos os aspectos filosóficos, sociais, pedagógicos, curriculares e estratégias para a escola atingir sua missão e visão de futuro. É um documento muito importante para o ambiente escolar, pois nele se definem os projetos bimestrais, as demandas, estrutura física, recursos humanos necessários, atribuições de cada um até mesmo a maneira de avaliar os alunos.

O PPP traz a identidade da escola, levando a todos os professores assumir o compromisso de possibilitar um processo de ensino e aprendizagem com metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento. Além disso, leva em conta que será necessário uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito,

desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo organizado e integrado num trabalho de equipe.

Entende que o PPP é um documento que configura a identidade da unidade escolar com medidas que definem os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da proposta pedagógica da instituição.

Assim quando se elabora um PPP é importante dedicar-se um momento especial para o mesmo, embora na correria da escola faz-se necessário retomar sempre que necessário às diretrizes do documento se está correspondendo os desejos, anseios da escola e da sociedade contemporânea. Até porque vivemos em uma época de mudanças de paradigmas em todas as áreas.

Segundo o Artigo 13 da LDBEN, em seus incisos I e II, ressalta-se o necessário protagonismo dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico.

Ratifica Maia e Costa (2013, p. 61):

O trabalho escolar deve ter condições básicas e direcionadas no processo de construção do PPP; essa é uma responsabilidade direta da direção e da equipe pedagógica da escola e indireta de todos os sujeitos envolvidos com a instituição escolar. Isso porque a participação efetiva de todos se faz necessária no trabalho democrático (MAIA e COSTA, 2013, p. 61).

O PPP é, assim, um processo democrático e permanente de reflexão e de discussão dos problemas escolares. Nesse contexto, a sua elaboração é um processo exclusivo da escola para a escola, contando com a real participação de todos os seus partícipes e com sua plena efetivação. Fica claro que o PPP como um documento estanque, elaborado somente por especialistas entre quatro paredes, não é essencial e suficiente para os avanços necessários de uma educação comprometida com os interesses e as necessidades de uma cidadania plena.

Assim finaliza-se este capítulo com destaque ao PPP, o qual nasce a partir de um debate coletivo e participativo. Mas será que as famílias são convidadas a participarem da elaboração e discussão do PPP? Será que ao menos elas sabem que existe este instrumento?

Daí está o papel da escola em oportunizar momentos de estudos e formação pedagógica sobre o PPP, ampliando para os funcionários, pais e comunidade. Na medida em que a escola planeja suas atividades, projetos internos criam-se novas perspectivas, de modo a corresponder às demandas da sociedade atual que está em constantes transformações. O importante em nossa opinião é a família se sentir parte do processo como um todo. No contexto pandêmico o PPP precisa ser reformulado, adequando-se as novas realidades.

3 FUNDAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Neste segundo capítulo trata-se sobre a importância de se conhecer as diretrizes legais dentro da temática. O dever da família com o processo da escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55; Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), artigo 1º, 2º, 6º e 12; Plano Nacional de Educação (aprovado pela lei nº 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

Conforme Lück (2011, p. 35)

Gestão Educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a realização das políticas educacionais e projetos pedagógicos, das escolas, compromisso com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo, de participação e compartilhamento, autocontrole e transparência (LÜCK, 2011, p. 35).

A Constituição Brasileira de 1998 enfatiza no Art. 206 alguns princípios para o ensino a ser ministrado no país, dentre eles o parágrafo VI defende uma gestão democrática do ensino público, na forma da lei. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) que propôs múltiplos sistemas educacionais (nacional, estaduais, municipais), com funções específicas e compartilhadas no seu Art. 1º afirma que a educação é ampla, abrangendo no seu processo formativo a família, a convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e na sociedade civil para o desenvolvimento do educando.

Além disso, a LDB consagrou a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, que, de acordo com o art. 12, passaram a ter a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros [...]
- VI – articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da

sociedade com a escola [...]. (BRASIL, 1996).

Em seu sentido amplo, conforme proposto no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

Ainda com relação à participação da família, embora muito enfatizada no discurso, tem se apresentado nos últimos dez anos como um desafio de construção coletiva de uma nova prática, calcada nas exigências atuais de respeito às novas tecnologias, de novas formas de comunicação e de atuação em redes.

Quanto à gestão colegiada com a família encontra-se na atual LDBEN 9394/96 no art. 15, o seguinte “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas de direito financeiro público”. (BRASIL, 1996).

Complementar Bastos et al. (2002, p. 22) destaca que “a gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para consciência democrática e a participação popular no interior da escola”.

Nesta perspectiva, a escola tem papel fundamental ao lado da família e do meio social mais amplo, a escola é uma das esferas de produção de capacidade do trabalho. Os profissionais das escolas precisam propiciar um clima de abertura e respeito, possibilitando momentos de discussões organizadas, com pauta definida, com tempo e espaço que todos participem. “A escola autônoma, democrática e participativa, deve sempre envolver professores, diretores, pais e alunos na construção de um ambiente que favoreça o aprendizado” (BASTOS, 2002). Como se verifica é preciso fomentar essa união nas instituições de ensino com todos os atores educativos.

Percebe-se, portanto que, para envolver a família na instituição escolar é primordial que haja organização entre as pessoas, onde a escola deve ter a incumbência de traçar a metodologia necessária para o momento, pensando sempre no coletivo e principalmente na participação ativa de todos.

Para Bastos *et al.*, (2002, p. 22), “[...] não se pode desenvolver atividades sem planejamento e uma metodologia, sem os quais não se pode definir aonde se quer chegar”. Portanto para promover a participação na escola ou em outras instâncias da sociedade, há obrigação do emprego de uma metodologia adequada que conduza aos objetivos desejados.

No entanto, devemos nos respaldar para o desânimo e obstáculos oriundos desta ação.

Paro (2001, p. 17) relata:

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 2001, p. 17).

A gestão participativa objetiva um maior entrosamento entre família e os profissionais da escola. É uma ação difícil, cheia de obstáculos, perspectiva, críticas e poucas soluções. Contudo, acreditamos que quando as pessoas se unem num único propósito sempre se encontram sugestões e soluções para qualquer situação.

Ao referir-se a escola e aos sistemas de ensino propriamente ditos, o conceito de gestão participativa engloba além de outros funcionários, pessoas da própria comunidade escolar: os pais, alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhora da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

3.1 Instâncias Socializadoras Tradicionais na Sociedade

Neste primeiro capítulo é necessário conceituar as duas instituições sociais mais importantes e suas transformações na sociedade atual que são a família e a escola. Elas devem atuar como cooperadores do processo de ensino aprendizagem, de maneira contínua a permitir que os alunos se desenvolvam com integridade. Mas como a família é organizada hoje, quais são seus desafios? A escola está de fato preparada para atuar nesse novo contexto? Como promover a participação efetiva da família na escola? Quais são os benefícios e vantagens no processo de ensino-aprendizagem?

As modificações estruturais na família são ocasionadas por vários fatores tais como: o crescente desenvolvimento tecnológico e industrial, urbanização, inserção das mulheres no mercado de trabalho (BITTAR, 1989, p.3). Como se nota desde muito tempo, a família vem cada vez mais deixando o campo pela cidade. E de outro lado, os pais de família saem de suas casas para trabalhar, incluindo a mulher, deixando as crianças sob a responsabilidade de terceiros.

Havia até o século XIX uma dualidade quanto às tarefas da família e escola, ou seja, cabia a primeira ser responsável pela "instrução", repassar os conteúdos para as crianças já à

escola deveria dedicar-se à "Educação", o que representava o ensinamento de valores, hábitos e atitudes. (SILVA, 2011).

Interessante este estudo de Silva acima, que ainda de dois séculos atrás, em que a família sabia do seu papel de ensinar. A criança quando chega à escola já deve vir educada, sabendo se comportar, ser gentil, cordial, ter boa higiene pessoal, saber conversar. Tudo isso se aprende em casa. Na escola é para a criança aprender conteúdos curriculares. Mas isso aos poucos, historicamente e infelizmente foi mudando. Quais os fatores? Como é a família hoje?

Segundo Boente (2012) a família nos dias atuais está estruturada de forma nuclear, reduzida a um número pequeno de componentes, na qual não mais aceita ser regida por um patriarca, estando à comunidade familiar submetida às normas de ordem pública e ao princípio de democracia.

Verificam-se nessas palavras que a maioria das famílias são pequenas, as crianças em geral são criadas por avós, ou somente o pai ou a mãe. O que se presencia são famílias desestruturadas socialmente, casais separados, vivem brigando, sem autoridade alguma mais sobre os filhos, ou seja, conversando com os familiares relatam que perderam ou estão perdendo a autoridade dos menores, muitas queixas e as crianças não sabem respeitar. Enfim, acreditam que a escola pode resolver isso.

Com relação ao papel da escola, o Ministério da Educação aponta que é o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 2004).

Realmente a escola é instituição importante na sociedade, pois é no cotidiano escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

A seguir, veremos de maneira mais aprofundada essas duas instituições importantes: primeiro a estrutura e organização escolar como deveria ser, e em seguida como está à família hoje, seus desafios e perspectivas.

3.2 Família

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o modelo arquetipo é a família conjugal tradicional, constituída pelo casal e seus filhos não emancipados, e que residem em um domicílio independente. Contudo, como já se avançou, há uma brecha clara e crescente entre este modelo e uma realidade muito mais plural, na qual uma proporção crescente de famílias não se enquadra nesse padrão (CARVALHO e ALMEIDA, 2003).

De fato as famílias de hoje como dito acima, são menores, as crianças são criadas pelos avós, os pais são separados. Raramente esse modelo de pai e mãe e filhos veem na hora das matrículas, basta ver nos registros de nascimento.

O modelo tradicional de família que, em 1995, correspondia a aproximadamente 58% das famílias brasileiras passou para 42%, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015. Ou seja, formatos diferentes desse já é maioria. Mulheres sozinhas com filhos, pais divorciados que constituíram novas famílias, crianças adotadas por casais homoafetivos, entre outras, são algumas das configurações que vemos por aí cada vez mais.

O declínio do poder patriarcal e de princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais traduziram-se em mudanças nas relações de gênero, na ampliação da autonomia dos diversos componentes da família e em um exercício bem mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução. A presença de mulheres no mercado de trabalho passou a ser crescente, assim como a difusão e a utilização de práticas anticoncepcionais e a fragilização dos laços matrimoniais, com o aumento das separações, dos divórcios e de novos acordos sexualidade (CARVALHO e ALMEIDA, 2003).

Novamente vemos que o modelo tradicional está cada vez mais longe. As pessoas buscam ter filhos de maneira independente. O que mais se escuta na escola são queixas de pais em situação de separação matrimonial, por causa das brigas, desentendimentos, falta de diálogo. E quem mais paga em tudo isso são as crianças, abandonadas, muitas vezes criadas em casa de abrigo, ou mesmo pelos parentes distantes.

Acerca dessas mudanças, Farias e Rosenvald lembram:

Com o passar dos tempos, porém, o conceito de família mudou significativamente até que, nos dias de hoje, assume uma concepção múltipla de família, plural, podendo dizer respeito a um ou mais indivíduos, ligados por traços biológicos ou

sociopsico afetivos, com intenção de estabelecer, eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um (FARIAS e ROSENVALD, 2012, p. 63).

Dando continuidade ao assunto, no âmbito da família estão se constituindo novas relações, com o relaxamento dos controles sociais sobre o comportamento dos cônjuges, o deslocamento da importância do grupo familiar para a importância de seus membros, a ideia de que o “amor” constitui uma condição para a permanência da conjugalidade e a substituição de uma “educação retificadora”, corretora e moral das crianças, por uma “pedagogia da negociação” (MACHADO, 2001; DÉCORET, 1998).

O que os autores mostraram é que os pais não querem mais se responsabilizar pela educação das crianças, vivem impacientes, sem tempo, chegam do trabalho e nem dialogam com os filhos, como foi o dia deles. Pelo contrário, desde cedo colocam um celular ou tablete na mão das crianças para estas ficarem caladas e não terem a mínima preocupação. Quando adolescentes estes acabam tendo acesso a várias informações erradas. E quando jovens ficam mais rebeldes. E os pais cada vez mais vão dando bens materiais (celulares, tablets, videogames, patins, comidas não saudáveis etc.) livrando-se de suas responsabilidades, quando na verdade deveriam dar amor, atenção, carinho e educação.

No que tange à família, "um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola" (Polonia & Dessen, 2005, p.304). Portanto a família tem incumbência de promover a socialização das crianças, abrangendo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade.

3.3 Escola

A estrutura escolar é muito complexa. Segundo Bourdieu (1999, p. 41) o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”.

Conforme este pesquisador social, a escola traz consigo muitas influências culturais, desde a maneira de organização das salas de aula, estrutura, objetivos e aspectos curriculares.

Ao se falar na organização escolar o primeiro item é a sua identidade, a qual é definida

por um conjunto de caracteres próprios e exclusivos que apresenta. Ela está ligada à sua história de construção, às formas como são desenvolvidas suas atividades, aos objetivos apresentados, aos seus desejos e sonhos e às metas que pretende alcançar. A identidade permite que a escola perceba-se como um todo e possa ter consciência de si como instituição.

Uma instituição de ensino pode construir seu próprio conjunto de regras e procedimentos, que devem estar de acordo com os princípios e as concepções educacionais expressas na proposta pedagógica institucional, tais como: solicitação de segunda chamada de provas, reposição de aulas em caso de faltas dos professores, medidas disciplinares (advertência, suspensão, expulsão), entre outros.

Os impactos na organização do trabalho pedagógico na unidade escolar precisam ter como princípio norteador a implementação de um Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), o qual, em última análise, fornece subsídios para a modernização da gestão escolar e o fortalecimento da autonomia da escola, uma vez que as decisões são tomadas coletivamente com base no diagnóstico realizado e na análise das medidas já implementadas anteriormente (DI PALMA, 2012).

Toda escola possui suas regras, que são definidas no Regimento Escolar o qual deve contemplar as normas de funcionamento da unidade escolar, o corpo de direitos e deveres que alcançam cada um dos membros da comunidade escolar, independentemente de sua condição de aluno, professor, membro do corpo diretivo, técnico-administrativo, pedagógico, de apoio etc. Interessante verificar que muitos pais nem sabem que uma escola possui um regimento.

Com base nessa organização, as escolas poderiam definir melhor sobre a aquisição de determinados equipamentos ou a reforma de certa dependência, a ampliação de oferta de projetos/serviços educativos ou investimentos na capacitação dos membros da equipe da escola.

A ação da escola não se dirige no sentido de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não lhes é dado. Ela é o lugar de transmissão do saber que recebe e trata os alunos como iguais, a despeito da disparidade cultural. Com isso sanciona as desigualdades que só ela poderia reduzir (BOURDIEU, 1999).

É notório que muitas vezes existe na escola um tratamento desigual, crianças menos favorecidas que não tem condições financeiras, ou que vão à escola somente para merendar. Não deveria ser assim, mas tratar todos com equidade. A escola deve ser sensível à realidade das crianças em situação de vulnerabilidade social.

Pensando nisso, segundo Padilha (2004) é necessária à construção de um trabalho educativo de formação política dos educadores docentes e não docentes e dos educandos

exige uma prática dialógica entre todos os sujeitos da comunidade escolar, no sentido de superar as relações autoritárias, hierárquicas e verticalização. Na prática dialogada, todos os sujeitos do processo escolar podem falar e serem ouvidos de fato.

A autonomia pedagógica da escola se manifesta principalmente na maneira como o trabalho educativo se concretiza. Como exemplo, podemos considerar o aspecto da avaliação, que é eixo integrante e integrador da prática escolar. Uma escola “A” norteia a sua prática educativa estabelecendo uma semana de provas, pois entende que o momento adequado para fazer essa verificação deve contemplar todos os conhecimentos que foram construídos ao longo de determinado período de tempo. Esse procedimento facilita o lançamento de nota nos jornais, o que tem reflexos positivos na gestão administrativa.

Outra escola “B” norteia essa mesma prática de maneira diferente, pois entende que, mais importante do que verificar o que foi apreendido ao longo de certo período de tempo, é desenvolver hábitos de estudos com seus alunos. Assim, agenda avaliações semanais, num dia da semana específico, e divulga antecipadamente as datas em que os conteúdos específicos de cada disciplina serão avaliados, de modo a dar ao aluno tempo para estudar e tirar suas dúvidas com os professores antes da prova respectiva.

Os dois procedimentos estão corretos e atingem os objetivos que cada instituição estabeleceu para si. Todavia, o mais importante é que a forma de organização desses procedimentos esteja clara para todos os membros que constituem a comunidade escolar, como destaca Libâneo (2004, p. 10).

Segundo Barbosa (2007, p. 10):

Uma escola bem organizada e bem gerida é aquela que cria e assegura condições pedagógico-didáticas, organizacionais e operacionais que propiciam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos na aprendizagem escolar [...] entre as características organizacionais, a capacidade de liderança dos dirigentes, especialmente do diretor, as práticas de gestão participativa, o clima de trabalho da escola, o relacionamento entre os membros da escola, as oportunidades de reflexão e de trocas de experiências entre os professores, a estabilidade profissional dos professores da escola, a participação dos pais, a existência de condições físicas (BARBOSA, 2007, p. 10).

Segundo Prais (1994, p. 86), os atores da escola (direção, equipe pedagógica, funcionários e alunos) devem trabalhar a “capacidade de saber ouvir, alinhar ideias, questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com o propósito de coordenar efetivamente o processo educativo, o cumprimento da função social e política da educação escolar”.

A instituição escolar tem, portanto, um enorme desafio a ser superado: efetivar a

participação democrática dos educadores docentes e não docentes e dos educandos em seus processos decisórios, o que só acontecerá por meio do comprometimento de todos os sujeitos envolvidos na prática pedagógica escolar e na construção coletiva do PPP da escola.

A escola deve ser um espaço de socialização, de construção de valores morais e éticos, formando crianças para serem cidadãos mais comprometidos com o bem social. Os projetos interdisciplinares na escola devem visar essa formação integral, dando oportunidades iguais, mostrando aos alunos que são capazes de mudar suas vidas por meio da educação. A escola precisa cumprir sua função social, mais do que nunca evitando a evasão, baixos rendimentos. É importante promover a inclusão social e ao mesmo tempo ser uma luz para todos os alunos. Neste contexto, os profissionais que atuam numa escola devem ser valorizados, mas trabalhem com paixão, dedicação e amor.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Neste capítulo são referenciadas situações pedagógicas que implicam na continuidade do processo de ensino-aprendizagem mesmo neste contexto. Afinal a pandemia causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) se configura quadro de emergência de saúde pública mundial, algumas categorias ocupacionais têm risco elevado de exposição à infecção, como os (as) trabalhadores (as) da saúde assim como os profissionais da educação. Neste sentido, as aulas foram suspensas desde março de 2020, para evitar aglomerações e promover o distanciamento social.

Um material aprovado em 2020 pelo Conselho Nacional de Educação tem o objetivo de orientar estados, municípios e escolas sobre as práticas que devem ser adotadas durante a pandemia, além de propor normas nacionais gerais. A reorganização dos calendários é de responsabilidade dos sistemas de ensino. Constatou-se que esse parecer vem, inclusive, com o papel de fomentar que as instituições tomem medidas mais ativas, mais eficientes, para garantir ensino e aprendizagem neste tempo de pandemia.

A fim de repor a carga horária ao fim do período de emergência o CNE sugere a utilização de períodos não previstos como recesso escolar do meio do ano, de sábados, e a reprogramação de períodos de férias. A ampliação da jornada escolar diária por meio de acréscimo de horas em um turno ou utilização do contraturno para atividades escolares também são alternativas que podem ser consideradas (BRASIL, 2020).

Além disso, o CNE autorizou os sistemas de ensino a computar atividades não presenciais para cumprimento de carga horária de acordo com deliberação própria de cada sistema. O CNE listou uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia. Meios digitais, videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis são algumas das alternativas sugeridas (BRASIL, 2020).

Para pensar em soluções eficientes, evitar aumento das desigualdades, da evasão e da repetência, o Conselho recomenda que as atividades sejam ofertadas, desde a educação infantil, para que as famílias e os estudantes não percam o contato com a escola e não tenham retrocessos no seu desenvolvimento (BRASIL, 2020).

Aponta a Organização Mundial de Saúde (2020) no retorno às aulas presenciais que é importante manter as medidas de proteção: lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar (ou utilize um lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogue-o no lixo e lave as mãos). É importante manter-se pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas. Quando o distanciamento físico não é possível, o uso de uma máscara também é uma medida importante.

Diante deste contexto pandêmico, têm-se cobrado das escolas novas posturas de ensino e aprendizado, porém encontram-se muitos desafios, isto é, exigido esforços por parte de docentes e gestores para encontrar alternativas para as aulas presenciais e viabilizar atividades remotas para promover a aprendizagem dos alunos.

Educação infantil – A orientação para creche e pré-escola é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. As soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente (BRASIL, 2020).

Ensino fundamental anos iniciais – Sugere-se que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária (BRASIL, 2020).

Ensino fundamental anos finais e ensino médio – A supervisão de um adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou on-line, já que nesta etapa há mais autonomia por parte dos estudantes. Neste caso, a orientação é que as atividades pedagógicas não presenciais tenham mais espaço. Entre as sugestões de atividades, está a distribuição de vídeos educativos (BRASIL, 2020).

Ensino técnico – A ideia é ampliar a oferta de cursos presenciais em cursos de educação à distância (EAD) e criar condições para realização de atividades pedagógicas não presenciais de forma mais abrangente a cursos que ainda não se organizaram na modalidade à distância. Os estágios vinculados às práticas na escola deverão ser realizados de forma igualmente virtual ou não presencial (BRASIL, 2020).

Ensino superior – O CNE sugere que, para a continuidade das atividades de ensino aprendizado nesse nível de ensino, as instituições possam disponibilizar atividades não

presenciais (BRASIL, 2020).

Educação de jovens e adultos (EJA) – Enquanto perdurar a situação de emergência sanitária, as medidas recomendadas para EJA devem considerar as condições de vida dos estudantes, para haver harmonia na rotina de estudos e de trabalho (BRASIL, 2020).

Educação Especial – As atividades pedagógicas não presenciais devem incluir os estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades/superdotação. Devem ser adotadas medidas de acessibilidade, com organização e regulação definidas por estados e municípios, mas existem outros cuidados a serem observados, principalmente quanto à mediação (BRASIL, 2020).

Junto às atividades, deve ser assegurado o atendimento educacional especializado, que envolve parceria entre profissionais especializados e professores, para desempenhar suas funções na adequação de materiais, além de dar orientações e apoios necessários a pais e responsáveis.

Também participaram das discussões do documento o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Fórum dos Conselhos Estaduais e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Houve ainda contribuições da sociedade, por meio de consulta pública.

E, em se tratando dos alunos com deficiência as dificuldades só têm aumentado. Assim, para que não seja interrompido o processo de ensino e aprendizagem, as escolas estão realizando o ensino remoto, por meio de atividades impressas disponibilizadas nas escolas.

Todavia, os estudantes não estão habituados a estudar na modalidade remota e isso alterou toda sua rotina e sua família. Por outro lado, as horas de atividades remotas devem ser contabilizadas como carga horária letiva, para evitar a reposição presencial após a pandemia, portanto essas atividades são de extrema importância para a vida acadêmica dos alunos.

4.1 O Ensino Remoto

Neste contexto de pandemia devido ao distanciamento social como promover essa interação no ensino remoto? Bem, a reabertura das escolas tem avançado por todo o país. No entanto, o retorno deve ser gradual e híbrido, isto é, mesclando momentos presenciais e remotos. Isso significa que os professores por meio do ensino remoto deverão adotar um modelo híbrido, com uso de ferramentas digitais para criar e organizar aulas on-line.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em abril de 2020, as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do Coronavírus.

Os 21 conselheiros votaram, em plenário virtual, um documento que traz orientações e sugestões para todas as etapas de ensino, da educação infantil à superior. O parecer foi elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC).

As pautas mais importantes debatidas no encontro virtual foram o calendário escolar de 2020 e se as aulas e as atividades à distância contarão como horas letivas ou terão de ser integralmente repostas quando as aulas presenciais forem retomadas.

Assim o desafio é ter que alterar e adaptar os planos de aula de acordo com essa nova realidade. Todo esse processo de adaptação demanda muito esforço por parte de todos os envolvidos: escola, professores e pais ou responsáveis.

Com as inovações tecnológicas e a crescente demanda por atenção à saúde mental dos alunos e seus familiares, faz-se necessário o desenvolvimento de novas modalidades de atendimento psicopedagógico, mediada por internet. O uso de plataformas eletrônicas “ao vivo” de comunicação para esse fim é recente. De acordo com a literatura consultada, os atendimentos eletrônicos “ao vivo” são oferecidos em dois grandes modos: síncrono e assíncrono.

O atendimento é síncrono quando a interação terapêutica é simultânea, isto é, imediatamente reativa. Os meios síncronos incluem comunicação por chat, áudio e/ou vídeo, havendo contato simultâneo entre terapeuta e paciente. O atendimento é assíncrono quando terapeuta e paciente dão seguimento às interações conforme a disponibilidade do tempo, por exemplo, no atendimento por e-mail (SIEGMUND, 2015).

Quanto aos aspectos negativos do ensino remoto primeiramente entende-se que para a educação infantil, tem o problema em relação ao tempo de exposição das crianças às telas, e a disponibilidade dos pais para acompanhá-las. O primeiro desafio é facilmente vencido a partir da qualidade e do conhecimento dos educadores. Já a segunda questão restritiva, o tempo disponível dos pais depende de muitas variáveis. O pedagogo sabe que para desenvolver as atividades pedagógicas enviadas a presença da família é importante. Mais do que presente, a família tem de participar, mesmo. Haja vista crianças com menos de seis (06) anos não terem autonomia nem capacidade de concentração por longos períodos.

Quanto aos aspectos positivos, é que os professores estão aprendendo a desenvolver novas estratégias pedagógicas e a produzir material audiovisual com atividades lúdicas que contemplam circunstâncias favoráveis e objetos comuns às casas. As

atividades para a educação remota de crianças são fruto do conhecimento e assertividade pedagógica das escolas. Cabe à coordenação pedagógica orientar os professores a, sempre, terem em mente que não é razoável demandar a compra de materiais nesse momento de Covid-19. Assim é por meio do desenvolvimento de tarefas que as escolas conseguem manter o vínculo com os alunos e famílias. Por isso, precisam facilitar a realização de atividades pedagógicas e lúdicas em casa. Em suma, apesar de todos os entraves, ainda é pelo ensino remoto que os pedagogos ajudam as crianças a se manterem aprendendo neste momento de isolamento social.

As aulas remotas apresentam diversas vantagens e também trabalham as competências essenciais da Base Nacional Comum Curricular (2017) a partir das seguintes características:

Protagonismo: estimula o estudante a se comprometer e ter responsabilidade sobre seu próprio aprendizado. Com autonomia, define seu ritmo e seu cronograma de estudo, podendo explorar novas formas de aprender que lhe favoreçam.

Flexibilidade: horários e locais alternativos para estudar, de modo a se adaptar à rotina do aluno, estimulando também a autonomia.

Comodidade: estudar em casa evita o deslocamento até a escola, o que oferece mais segurança, economiza recursos financeiros e tempo, e é mais acessível para quem mora em regiões mais distantes.

Disponibilidade: os itens anteriores oferecem facilidades que garantem a presença do aluno nas atividades escolares, pois estar conectado à internet já é sua realidade e ele pode estudar onde e quando quiser.

Aprofundamento dos conhecimentos: dispõe de maior acesso a informações e recursos digitais que oferecem conteúdos mais interativos e completos, estimulando o desenvolvimento de novas habilidades tecnológicas e comportamentais.

A ferramenta de formulários do Google oferece modelos prontos para avaliações e permite fazer testes de múltipla escolha, inserir fotos e vídeos. As ferramentas do Google apresentam muitas possibilidades de trabalho, e fazendo bom uso delas o professor pode exercitar inúmeras habilidades e competências (SANTOS 2020).

Dentre as ferramentas, o Google Forms é uma das mais utilizadas por se adequar a diferentes usos e projetos, uma vez que permite produzir desde pequenas atividades, avaliações e testes de múltipla escolha, até trilhas de aprendizagem, além disso, o professor pode, inclusive, trabalhar com sala de aula invertida.

4.2 O Uso de Metodologias Ativas Digitais

As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento. (LEVY, 1999, p.31).

Sobre as tecnologias plugadas dizem Wunsch; Junior (2018) é aquela associada ao uso do computador, da “internet”, de materiais eletroeletrônicos. Estes requerem alguns volts e watts para funcionar e estão atrelados ao computador e suas variações.

Já as tecnologias “desplugadas” são o inverso, são aquelas que não estão relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos como demonstra (WUNSCH; JUNIOR, 2018). Elas correspondem aos artefatos e processos que não estão vinculados ao uso do computador. Existem diversos itens que fazem parte da categoria dos desplugados como salienta (WUNSCH; JUNIOR, 2018).

Em suma, de fato as tecnologias digitais influenciam bastante na prática pedagógica do educador, usando-a como ferramenta inovadora e norteadora conciliando com os conteúdos a serem ministrados. Assim é imprescindível a substituição das metodologias rígidas e tradicionais por metodologias inovadoras.

Ao adotar uma metodologia no ensino na escola, sob uma perspectiva de análise tecnológica, é imprescindível que o professor leve em consideração a velocidade do avanço e a constante atualização dos produtos e meios digitais, sem esquecer que, aliado a isto, existe um corpo social dinâmico e mutável às gerações e aos contextos, o que provoca uma série de armadilhas neste universo de pesquisa complexo (FERREIRA; FRANCO, 2015).

Observando as metodologias ativas, é possível afirmar que para ter uma educação de qualidade é necessário superar desafio e resolver problemas para que haja a construção do conhecimento, a partir de métodos que impulsionem a aprendizagem, que são as experiências prévias. Partindo do ponto de vista que o processo de ensino aprendizagem seja concreto, precisa ser pautado dimensões reais que envolva o meio político, social, técnico e humano. (FREIRE, 1996).

Segundo explicam Sobral e Campos (2011):

A Metodologia Ativa é uma ferramenta educativa que incita uma aprendizagem crítica-reflexiva, na qual os alunos costumam participar e se comprometer o com processo de ensino e aprendizagem. O método é efetivado através da aproximação do senso crítico do aluno e a realidade vivenciada por ele, bem como estimular uma reflexão sobre obstáculos, curiosidades e desafios enfrentados, visto que no contexto escolar, isso pode ocorrer pela disponibilidade de recursos para pesquisar a solução do problema que lhe fora dado, espera-se que através do hábito o educando desenvolva a capacidade de identificar problemas e organizar as soluções da forma mais adequada, bem como realizar a colocação correta dessas soluções, visto que todos esses aspectos de organização estão presentes nesta metodologia ativa. (SOBRAL; CAMPOS, 2011, p. 92).

As MA se concentram basicamente em desenvolver o processo de aprendizagem, utilizando-se de situações reais vivenciadas pelos estudantes, ou até mesmo através de mecanismos, que possam simular uma experiência, visando proporcionar ao aluno um ambiente favorável que o estimule a solucionar com destreza possíveis desafios encontrados nas atividades práticas nos mais diferentes contextos. (BERBEL, 2011).

As MA podem proporcionar uma fixação da aprendizagem à medida que os alunos se aprofundam na literatura, além de trazer diferentes mecanismos e exemplificações didáticas com a implantação de métodos que favoreçam a motivação e provoquem o fortalecimento à percepção do aluno a respeito do senso de criticidade e reflexão mediante as situações-problemas. Existem muitas possibilidades de MA, que apresentam capacidade de levar o aluno à autonomia intelectual durante o processo de ensino-aprendizagem, direcionando-o ao desenvolvimento de um caráter crítico. Para aplicação desse método cabe ao professor ter criatividade para elaborar estratégias onde haja a utilização de ferramentas diversificadas, que permitam a interação do aluno a fim de que ele possa alcançar o domínio sobre o conhecimento, a partir de experiência-própria e atingir os objetivos da aprendizagem. (ABREU; MASETTO, 1990).

De acordo com Pimenta, “o professor pode produzir conhecimento a partir da prática, desde que na investigação reflita intencionalmente sobre ela, problematizando os resultados obtidos com o suporte da teoria. E, portanto, como pesquisador de sua própria prática” (PIMENTA, 2006, p. 43).

O limite de toda a estratégia didática é o surgimento do pensamento do outro. Por isso ensinar/aprender filosofia (a filosofar) é uma tarefa compartilhada. [...] O pensar de outros é a irrupção aleatória do diferente e constitui o desafio filosófico do professor-filósofo [...] e não apenas um desafio didático. Ensinar Filosofia é dar lugar ao pensamento do outro. (CERLETTI, 2009, p. 86-7).

Diante disto, percebemos que há uma necessidade de que o corpo docente passe a conhecer e desempenhar, uma melhor atuação na prática em sala de aula através dessas metodologias, que contribua para uma melhor formação crítica do estudante, e que atenda às necessidades sócias educacionais atuais.

Pode-se fazer uma avaliação da aprendizagem dos professores de forma remota utilizando a própria ferramenta do *Google Forms*. E com os alunos.

Esse processo será acompanhado com um diagnóstico e avaliação inicial, contendo as seguintes perguntas:

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que as atividades para o ensino remoto são adequadas?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que as videoaulas transmitem os conteúdos escolares corretamente?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que os materiais oferecidos são suficientes para aprender em casa?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que os recursos digitais da escola ajudam no ensino a distância?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que os professores dão a devida orientação aos alunos?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que as aulas remotas suprem as necessidades de aprendizagem dos alunos?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que o cronograma de videoaulas e atividades virtuais da escola funcionam?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que a escola fornece as informações necessárias para realizar os estudos em casa?

— Em uma escala de 0 a 10, o quanto você considera que as avaliações são eficazes nessa modalidade de ensino?

Ao final promover na escola uma semana de formação com tutoriais sobre o Google na escola.

De fato, a gestão escolar tem sentido quando viabiliza um Projeto Político Pedagógico globalizar e interdisciplinar, criando formas democráticas de organização e funcionamento da escola, incluindo as relações de trabalho no seu interior. Relações de trabalho que devolvam à escola seus principais agentes ou atores: alunos e professores, coadjuvantes direta e permanentemente pelos pais, que representam e trazem consigo a realidade circundante, por dela ser parte. Esses posicionamentos visam atender a um perfil de aluno contemporâneo, que não é o mesmo de décadas passadas, pelo contrário refere-se a um sujeito com relações fortemente mediadas por tecnologias digitais em rede. Diante disso, a proposta de ensino que tende a esse aluno é por meio de Metodologias Ativas de Aprendizagem. Como apontam Silva e Corrêa (2014) a tendência da educação contemporânea é firmar a necessidade de que o educando deve vivenciar a aprendizagem de sala de aula de forma mais dinâmica e significativa. Sugerem-se então atividades com metodologias ativas de aprendizagem, como Webquest. Segundo explica Dodge (2006), a Webquest é um processo de ensino baseado na internet que possibilita uma investigação de informações de forma orientada e organizada.

Geralmente, WQs são elaboradas por um professor e/ou um tutor, com questões para serem resolvidas por alunos de diferentes faixas etárias e escolaridades. Esta metodologia pode ser adaptada a uma abundância de assuntos, idades, níveis acadêmicos, em várias áreas de conhecimento.

4.3 Atividades Síncronas e Assíncronas no Período da Pandemia do Covid-19

Segundo Oliveira Netto (2005, p. 3), “a síncrona é o tipo de comunicação que exige participação simultânea dos envolvidos”. Como exemplos podemos citar, entre outros, “conferências, seminários, chats e conversas por telefone” (FARIA e LOPES, 2014, p. 11).

As aulas síncronas são aquelas que acontecem em tempo real. Na educação à distância, isso significa que o professor e o aluno interagem, ao mesmo tempo, em um espaço virtual.

Além disso, as aulas síncronas permitem a realização de atividades em grupo e colaborativas, o que dá ao professor mais opções de aplicação de metodologias de aprendizagem. A comunicação assíncrona é aquela que acontece sem a necessidade de uma interação em tempo real. (DUTRA, 2020).

Quanto à educação, que sempre pretendeu atender a todos, o ensino a distância parece ser uma excelente alternativa, pois tem a capacidade de atender um grande número de pessoas que estão dispersas geograficamente. Mais do que isso, a EAD viabiliza o ensino sem a necessidade de contiguidade espaço-temporal. Concorde-se com Santos (2015) quando afirma que os professores necessitam de atualização contínua de novas práticas pedagógicas, sem medo de arriscar, buscando aprimoramento, pleiteando uma capacitação eficiente que atraia e desperte a aprendizagem dos alunos.

No entanto, muitos são os receios e as dificuldades enfrentadas pelos educadores no que tange à utilização das TIC no processo educativo. Frente às profundas transformações que o intenso e acelerado avanço das tecnologias digitais promoveram nas últimas décadas, é imprescindível (e inevitável) que o setor educacional acompanhe essas mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em poucos meses, com a chegada da pandemia do Covid-19 muitas mudanças ocorreram em virtude do novo Coronavírus, dentre elas podemos destacar a Educação. A escola como um todo, desde professores, alunos e familiares dos estudantes tiveram que se adaptar, ou seja, o espaço escolar onde antes aconteciam as aulas de forma presencial, deu lugar a outros ambientes. As famílias precisaram criar um local dentro de seus lares, para que os alunos pudessem garantir uma aprendizagem significativa, como é de direito. Já os professores precisaram encontrar uma maneira mais rápida e viável para as necessidades educacionais, com o objetivo de que o ano letivo não ficasse prejudicado, colaborando assim para um aprendizado satisfatório.

Assim, o Ministério da Educação autorizou em caráter excepcional de emergência, às instituições a oferecerem aulas remotas para todas as etapas da educação, de modo que elas atendessem às necessidades do momento. A solicitação por esse atendimento foi através do aumento das possibilidades de utilização a tecnologia como ferramenta de aprendizado, facilitando a aproximação entre família e escola. Porém para esse acompanhamento remoto, faz-se necessário, primeiramente, que o pedagogo ou docente saiba utilizar a tecnologia, e disponibilizar aos alunos e seus familiares, os seguintes materiais: Aulas gravadas, aulas online pelos aplicativos como Meet agregado a outros aplicativos como Google Forms, vídeos, áudios, arquivos (PDF, PPT) –, com vistas a assegurar o acesso de alunos que não possam garantir o “registro” formal da ocorrência das atividades.

Portanto com a realização desta pesquisa, percebeu-se que é imprescindível que neste momento a família tenha uma participação ativa, como um auxílio, dando suporte durante o período escolar da criança para que ela não sofra com essa mudança ocorrida de forma abrupta. Contudo, faz-se necessário a busca da adaptação às novas rotinas dos estudos, com o intuito do progresso escolar da criança. Neste período pandêmico a família deve tornar-se um agente motivador dos estudos e do desenvolvimento humano. A união, família e escola, são capazes de promover um aprendizado eficiente e de qualidade aos educandos, que precisam de muito apoio neste tempo. Embora neste momento muito difícil para todos, sobretudo para os alunos e seus familiares, o pedagogo também precisa ser um profissional capacitado para

atuar em diversas áreas, de forma preventiva, entendendo os processos de desenvolvimento e das aprendizagens humanas, recorrendo a várias estratégias, objetivando intervir na problemática que esteja atravancando o processo de ensino aprendizagem do indivíduo, como é o caso do isolamento social.

Esta pesquisa de carácter qualitativo foi realizada com o objetivo de esclarecer os leitores em relação ao desenvolvimento no período de ensino aprendizagem da criança, tornando-se fundamental a participação da família nos parâmetros curriculares da escola. Neste caso, defende-se que o papel dos agentes educativos (gestores, equipe pedagógica, professores e familiares) é, sem dúvida, promover uma educação de qualidade mesmo que remotamente, superando as dificuldades, porém se tem a certeza que o êxito só é possível por meio de um trabalho integrado entre todos os agentes educativos incluindo os familiares dos alunos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João Baptista et al. **Gestão democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. In: **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. Londrina, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Aprova Diretrizes para Escolas Durante a Pandemia**. Publicado em: 22/04/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio**. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>. Acesso: 20 fev. 2021.

BRUEL, A. L. O. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. – Curitiba: Ibepex, 2010.

CERLETTI, Alejandro. **O Ensino de filosofia como um problema filosófico**. Belo horizonte: Autêntica, 2009.

CERLETTI A. Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSME, A. Escolas e professores no sec. XXI: exigências, desafios, compromissos e respostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 757-776, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamyl. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAAE**, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.dev.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/19144/11145>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

DANELUZ, Mariluci (2008). **Escola e Família – Duas Realidades um Mesmo Objetivo**. Disponível em: <www.unioeste.br/...cavel/pedagogia/eventos/2008/1/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DÉCORET, B. **Familles**. Paris: Economia, 1998.

DI PALMA, Márcia Silva. **Organização do trabalho pedagógico**. – Curitiba: InterSaber, 2012. – (Série Formação do Professor).

DODGE, B. **Web Quest: uma técnica para aprendizagem na rede internet**. Tradução de Prof. Jarbas Novelino Barato, referente ao artigo “WebQuests: A Technique for Internet – Based Learning”. San Diego State University – SDSU, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234648506_WebQuests_A_Technique_for_Internet-Based_Learning. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUTRA, Rodrigo. **Por que usar aulas síncronas e assíncronas na educação?**. Publicado em: 04/09/2020. Disponível em: <https://www.tutormundi.com/blog/o-que-sao-aulas-sincronas-e-assincronas/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ESTEVÃO, Edina Aparecida dos Santos (2012). **A Importância da Participação Familiar no Rendimento Escolar da Criança**. Disponível em: <www.redentor.inf.br/...os/pos/publicacoes/04122012>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FARIA, Adriano Antônio; LOPES, Luís Fernando. **Práticas pedagógicas em EaD**. Curitiba: InterSaber, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo Perspec.** 2000, vol.14, n.2 [cited 2019-09-03], pp.44-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **A gestão participativa na escola.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Série Cadernos de Gestão).

MORIN, E. **O método II– A vida da vida.** Porto Alegre: Sulina, 2a edição, 2002.

OLIVEIRA NETTO, Alvim A. **Novas tecnologias & universidade:** da didática tradicionalista à inteligência artificial: desafios e armadilhas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino:** Contribuição dos pais. São Paulo: Ed. xamã, 2000.

PEREIRA, F. A.; OLIVEIRA, D. L. **Gestão democrática:** um princípio possível. Gestão em Rede, ago. 2006.

POLONIA, A. C., & DESSEN, M. A. (2005). **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Psicologia Escolar e Educacional, 9 (2), 303-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente.** 3 ed. rev. e atual. – Curitiba: Ibepex, 2012.

SAE DIGITAL. **Pesquisa sobre o ensino remoto: como aplicar na sua escola?** Disponível em: <https://sae.digital/pesquisa-com-os-pais-sobre-o-ensino-remoto/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SANTOS, Victor. **Ensino remoto: como potencializar suas aulas com o Google Forms.** Publicado em: 13/07/2020 In: Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19492/ensino-remoto-como-potencializar-suas-aulas-com-o-google-forms>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SANTOS, Paulo Roberto da Conceição. **O uso das tecnologias como prática pedagógica emancipatória no ensino da educação de jovens e adultos.** Monografia. Universidade de Brasília – UnB. 2015.

SIEGMUND, Gerson. **Aspectos éticos das intervenções psicológicas on-line no brasil: situação atual e desafios.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 3 p. 437-447, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287145646010.pdf>. Acesso em: 15

mai. 2021.

SILVA, Renildo Franco da; CORREA, Emilce Sena. **Novas tecnologias e educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea.** Educação & Linguagem·ano1· no1· Jun· p.23-35· 2014. Disponível em: < <http://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2014/12/2Artigo1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOBRAL, Fernanda Ribeiro; CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa.** **Rev Esc Enferm USP** 2012; 46(1):208-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/KfMTxTNdQt7fjTZznwWFCcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2021.

SOUZA, Maria Ester do Prado (2009). **Família/Escola: A importância dessa relação no desempenho escolar.** Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/...pde/arquivos/1764>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola.** v. 07, n. 12. p. 159-166. Brasília. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/270/446> Acesso em: 29. Set. 2021.

WITTMANN, L. C.; KLIPPEL, S. R. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar.** – Curitiba: Ibpe, 2010.

WUNSCH, Luana Priscila; JUNIOR, Álvaro Martins Fernandes. **Tecnologias na Educação: conceitos e práticas.** Curitiba: InterSaberes, 2018. E-book Disponível em: Biblioteca Virtual Universitária 3.0.